

ARTIGO

**PROCESSO DE RURALIZAÇÃO DO URBANO:
AGRICULTORES FAMILIARES NA CIDADE DE BOA
VISTA – RORAIMA**

RESUMO: As questões relacionadas às transformações no espaço rural e a agricultura no espaço urbano encontram-se em fase de acirrado debate. Desse modo, este trabalho visa mostrar as diferentes leituras que vem sendo efetuada sobre a dinâmica da agricultura, dando ênfase a agricultura familiar nas áreas urbanas da cidade de Boa Vista, estado de Roraima. Para tanto, foi necessário contextualizar a agricultura familiar, traçar o histórico de formação e analisar a transição urbana no estado, mostrando os espaços na cidade de Boa Vista onde é praticada a agricultura familiar, dando ênfase ao bairro Operário.

Palavras-chave: Espaço Rural. Espaço urbano. Agricultura familiar

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a agricultura familiar está frequentemente presente nos discursos dos movimentos sociais rurais, dos órgãos governamentais, dos segmentos acadêmicos e, especialmente, dos estudiosos das ciências sociais que se ocupam do tema agricultura e mundo rural. O espaço conquistado tanto social, político, como acadêmico pelo debate sobre a agricultura familiar é evidente.

1 Graduado em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia – UFRR, especialista em Gestão para o Etnodesenvolvimento – UFRR; Mestrando em Economia UFRGS/UFRR.
E-mail: valdineifortunato@yahoo.com.br

As transformações recentes, ocorridas no meio rural brasileiro em virtude do processo de industrialização e urbanização, suscitaram inquietações a respeito dessas mudanças e complexidades, tendo como eixo principal a relação cidade-campo.

Nessa perspectiva, temas até então pouco presentes nos debates acadêmicos ressurgem com novas configurações, como é o caso da agricultura familiar em espaços urbanos. O objeto deste trabalho é, justamente, a agricultura familiar no espaço urbano do município de Boa Vista, especificamente no bairro Operário, onde predomina esse sistema de produção agrícola.

Com o enorme crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar, a autoprodução de alimentos tornou-se uma das alternativas para uma população de excluídos, desempregados e com pouco ou nenhum grau de instrução. Dessa forma, compreender o processo de estruturação do rural no urbano torna-se fundamental, à medida que esse entendimento possibilitará a elaboração de políticas públicas. Ademais, o trabalho com a agricultura urbana permite uma importante abordagem dos hábitos culturais e de alimentação, oferece nova alternativa alimentares, trabalha a questão de mudança de hábitos, de um maior consumo de verduras, hortaliças e legumes, assim como recupera hábitos alimentares saudáveis.

Para desenvolver este estudo foi necessário coletar dados nos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RR), Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), programa Braços Abertos da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGEPE) da Prefeitura Municipal de Boa Vista, além de pesquisas com os moradores do bairro Operário.

Agricultura familiar: uma revisão da literatura

A agricultura familiar tem sido objeto de estudo de vários cientistas sociais, entre eles: Abramovay e Veiga (1999), Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), Schneider (2003) e Lamarche (1993), que identificam essa atividade produtiva como sendo uma das principais geradoras de postos de trabalhos no meio rural. Entretanto, uma boa parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não conseguem obter uma renda mínima, exclusivamente, de seus estabelecimentos agrícolas.

Para sobreviver, muitos agricultores depende de rendas externas ao estabelecimento agrícola, tais como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos, tanto familiares quanto patronais, ou mesmo atuando em atividades não agrícolas. Desta forma a renda auferida não é exclusivamente formada pelos ingressos obtidos com a venda da produção animal e vegetal gerada ao longo do ano agrícola (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p.335).

Na segunda metade dos anos 1990, surgem estudos como os de Saco dos Anjos, (1994; 1995; 2003) e Del Grossi e Graziano da Silva (1998) que, em seu conjunto, mostram a realidade de inúmeras famílias, especialmente no caso da região Sul do Brasil, que se valem não apenas de recursos agrícolas, mas também não agrícola para viabilizar sua sobrevivência.

Para Schneider (2003), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro estão relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990 nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional a categoria de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades em manter-se em atividade.

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, passaram a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas, tais como juros menores, apoio institucional entre outros.

Segundo Lamarche (1993), a exploração familiar² corresponde a uma unidade de produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão intimamente ligados. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração agrícola engendra, necessariamente, noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

² Lamarche usa a expressão "exploração familiar" como equivalente à agricultura familiar.

O PRONAF, ao estabelecer critérios e requisitos para os produtores beneficiários do programa, define agricultor familiar da seguinte forma:

Os beneficiários do referido programa são aqueles que exploram parcela da terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros e atendem simultaneamente aos seguintes requisitos: utilizam o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter em caráter complementar até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária assim o exigir; não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais³, quantificados segundo a legislação em vigor; tenham no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesca e/ou extrativa; e residam na propriedade ou aglomerado rural urbano próximo (PRONAF. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm Acesso em: 21/08/2007.)

As diretrizes do PRONAF têm como referência às experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural.

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo PRONAF e a sua função social, no desenvolvimento econômico do país, estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural. Na França, a “revolução agrícola” se realizou com o esforço de vários setores da sociedade interessados em transformar o campesinato – a base

³ Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, e que estabelece a área mínima necessária à subsistência do produtor e sua família. Como um módulo fiscal corresponde, em média 25ha, será considerada agricultura familiar aquela cuja propriedade tenha no máximo 100ha.

social histórica da agricultura francesa – em um setor produtivo dinâmico, ao mesmo tempo produtor e consumidor (LAMARCHE, 1993, p. 98).

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, em que a modernização da agricultura se sustentou nas grandes empresas e no benefício da acumulação do capital privado, na França a agricultura repousa historicamente na produção familiar, seja na geração de valores, seja em relações sociais de produção, o que justifica a decisão política de se processar a chamada “industrialização” da agricultura sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar e de médio porte (LAMARCHE, 1993, p. 99).

Para Sauer (1998) o termo agricultura familiar tem trazido dificuldades conceituais e o seu uso, apesar de muito freqüente na literatura sobre o setor agro brasileiro, está longe de um consenso. O universo da agricultura familiar tem sido freqüentemente definido a partir do regime de trabalho e do modo de gestão da unidade produtiva. Para o autor, as características centrais de agricultura familiar são:

A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm laços de consangüinidade e casamento; a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros da família; e, a propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família (SAUER, 1998, p. 89).

Cumprе destacar que as opiniões se dividem em torno aos avanços obtidos pelo PRONAF, desde sua legitimação em 1996. De um lado, há os que apostam na idéia de que o mesmo “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais” (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 45-46), ao passo que outros, criticam-no, com base no caráter contraditório de uma política que aposta no desenvolvimento local e na potencialização das atividades diversificada via industrialização, como turismo ou lazer, mas que, paradoxalmente, insiste na ênfase à profissionalização e ao apoio ao “verdadeiro agricultor” (CARNEIRO, 2000, p. 124), entendido como aquele produtor cujos rendimentos originam-se essencialmente da agricultura.

A TRANSIÇÃO URBANA EM RORAIMA

Em virtude da distância do centro do poder econômico, Roraima manteve-se esparsamente povoada por séculos. Mesmo durante o auge da extração da borracha (1850-1911), a ocupação econômica e demográfica da região foi irrelevante, sendo que sua população mal chegava a 10.000 habitantes em 1900. A derrocada da economia da borracha, fomentada pela concorrência das plantações do sudeste asiático, engendrou um pronunciado refluxo populacional e muitos indivíduos retornaram aos seus estados de origem. Com isso, a população tornou-se ainda menor, chegando a 7.424 indivíduos em 1920 (SILVEIRA; GATTI, 1988).

Com o fim do ciclo da borracha, a mineração tornou-se a principal atividade econômica. A descoberta de minas de ouro e diamantes no norte de Roraima fomentou a chegada de garimpeiros de toda a região Amazônica (RODRIGUES, 1996). Ao longo da década de 1930, outras minas de diamante foram encontradas, revitalizando a economia local, fazendo com que a população chegasse a 10.509, em 1940 (FREITAS, 1997).

A partir da concepção da geopolítica, o Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) implementou uma série de medidas para promover o crescimento econômico e a ocupação física da região Amazônica. Tais mudanças culminaram com o decreto de criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, mais tarde renomeado para Território Federal de Roraima.

A implementação do Território Federal desencadeou as primeiras tentativas em promover a ocupação mais efetiva da região. Vários projetos de colonização foram implementados pelas administrações federal e local, que promoveram a transferência de colonos de regiões economicamente deprimidas do nordeste brasileiro.

Os movimentos migratórios, desencadeados pela atividade de mineração⁴ nos anos de 1930, a instalação do Território do Rio Branco nos anos 1940 e a abertura das rodovias e a implantação dos projetos de colonização nos anos 1970 não tiveram a mesma intensidade que o movimento migratório

⁴ Incorpora a concepção de mineração à partir de Rodrigues (1996, p. 92), para quem a palavra mineração funciona como sinônimo de garimpagem, à medida que no Estado de Roraima não há atividade de mineração industrial.

dos anos 1980, que conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com a “frente garimpeira” (RODRIGUES, 1996).

O status de Território Federal, juntamente com a criação das colônias agrícolas, teve um profundo impacto na população local. O censo de 1950 contabilizou 18.116 indivíduos, 80% acima da contagem de 1940. A tendência de crescimento continuou durante os anos 1950, culminando com uma população de 28.304 habitantes em 1960 (Figura 1).

Figura 1 – População residente - Roraima - 1950/2000

<i>Anos</i>	<i>Total</i>	<i>Rural</i>		<i>Urbano</i>	
		Habitantes	(%)	Habitantes	(%)
1950	18.116	12.984	71,67	5.132	28,33
1960	28.304	16.156	57,08	12.148	42,92
1970	40.885	23.404	57,24	17.481	42,76
1980	79.159	30.425	38,44	48.734	61,56
1991	217.583	70.814	32,54	146.769	67,46
2000	324.397	77.381	23,85	247.016	76,15

Fonte: IBGE; Elaboração AT&M in: FECOR;1995:13

Apesar de todas essas mudanças, Roraima permaneceu esparsamente povoado e economicamente isolado. O maior impedimento, à ocupação e desenvolvimento do território, era a sua grande dependência do rio Branco para o transporte. O rio não era navegável por barcos de maior calado durante a estação seca, devido a presença de corredeiras ao longo do seu curso. Esse impedimento só foi resolvido em 1976, quando a estrada de rodagem, BR 174, estabeleceu o primeiro elo terrestre entre Boa Vista e Manaus. A estrada foi, mais tarde, estendida até a divisa com a Venezuela e concluída em 1998. É importante mencionar a construção da rodovia Perimetral Norte, conhecida em Roraima como BR 210, que abriu o flanco sudoeste do Estado à colonização (BARROS, 1995).

A construção dessas estradas marcou o início de uma nova era de ocupação na região, uma vez que garantiu a ligação via terrestre durante todas as estações do ano e permitiu que vastas áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização. Conseqüentemente, a população, que era de 28.304 habitantes em 1960, chegou a 40.885, em 1970. A tendência de crescimento se manteve durante a década seguinte, chegando a 79.159 pessoas. Segundo Diniz e Santos (2006), esta época foi também marcada pela criação de incentivos à ocupação do território para solucionar dois problemas crônicos: o primeiro, de cunho geopolítico, que significava ocupar os “espaços vazios” do território, tendo em vista a antiga preocupação dos governos centrais em

defender as fronteiras internacionais do país; o segundo, de cunho sócio-econômico, que residia na questão regional nordestina cuja solução seria a criação de colônias agrícolas para transferir a população de regiões empobrecidas e castigadas pela seca para regiões mais úmidas e supostamente agricultáveis. Assim, as famílias de migrantes poderiam ter acesso a frações de terra para sua subsistência, servindo então como um grande fator de atração e auxiliando, concomitantemente, aos interesses geopolíticos.

Nas últimas décadas, tem ocorrido uma concentração da população nos centros urbanos. Esta tem sido uma tendência geral em todo o país e, em Roraima, também. Nas décadas de 1960 e 1970, a população rural representava 57,08% e 57,24%, respectivamente. Na década de 1980, ocorreu uma inversão significativa quando a população urbana chegou a representar 61,56%. Em 1991 a população urbana era de 67,46%, e em 2000, representava 76,15%, demonstrando, assim, o forte processo de urbanização do Estado (Figura 1).

Entre 1970 e 1980 a população de Roraima praticamente duplicou, apresentando uma taxa anual de crescimento na ordem de 6,83% ao ano. Também nesse período, Roraima sofreu profundas transformações na estrutura populacional, com destaque para a consolidação da transição urbana do Estado, que ocorreu na década de 1980, como foi dito anteriormente (RODRIGUES, 1996).

Esta tendência à concentração urbana em Roraima é explicada, em parte, pelo resultado dos esforços, sem grandes sucessos, dos empreendimentos dos governos, federal e estadual, na implementação de políticas de colonização e incentivo à migração para área rural (BARBOSA, 1994). Outro fator que contribuiu para a concentração urbana foi a “corrida do ouro” na década de 1980. Como a maioria dos garimpos estava localizada em áreas distantes de núcleos urbanos como as vilas, povoados e as pequenas cidades as referências de apoio para os garimpeiros eram as cidades maiores, mais precisamente, a capital Boa Vista que tornou-se, desta forma, o núcleo de atração dessa população, por possuir maior e melhor infra-estrutura de serviços e de diversões como, bares, cabarés, boates, além do comércio para abastecimento de produtos e equipamentos para a mineração (RODRIGUES et al, 2002).

Mas, apesar da natureza rural dos atrativos populacionais, das atividades de garimpagem e dos assentamentos agrícolas, Roraima é um estado com população eminentemente urbana.

Já na década de 1990 o estado de Roraima foi o que mais cresceu populacionalmente, entre todos os estados da região norte, a uma taxa de 10,64% ao ano, enquanto que o estado de Rondônia, na mesma década,

apresentou uma taxa de crescimento populacional de 7,87%, e o Amapá 4,65% (Figura 2).

Figura 2 – Crescimento Populacional dos Estados da Região Norte - 1950/2000

Estados	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Rondônia	6,39	4,76	11,03	7,87	2,24
Acre	3,20	3,13	3,43	3,01	3,29
Amazonas	3,33	3,03	4,12	3,57	3,31
Roraima	4,65	3,75	6,83	10,64	4,58
Pará	3,11	3,55	4,62	3,46	2,54
Amapá	6,14	5,37	4,36	4,65	5,77
Tocantins	-	-	-	2,01	2,61

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950/2000.

A esse crescimento é computado a intensa atividade mineira, que praticamente triplicou os números absolutos da população do estado, que passou de 79.159 em 1980, para 217.583 na década seguinte. Além da migração para atividades de mineração, outro fator que contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios foram as políticas de assentamentos rurais, predominantemente no sul do Estado.

A descoberta de ouro e diamantes na porção setentrional de Roraima, em meados dos anos 1980, trouxe milhares de garimpeiros para o Estado. Em 1988, O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estimou em 30.000 pessoas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (USAGAL) estimavam em 45.000 pessoas no mesmo ano, sem contar aqueles que se envolveram indiretamente com o garimpo, trabalhando em atividades de apoio (RODRIGUES, 1996).

A mineração, por ser uma atividade conduzida de maneira clandestina em parques nacionais e reservas indígenas, foi fechada pelo governo Federal que removeu os garimpeiros e proibiu tal atividade, gerando um grande refluxo populacional e uma significativa diminuição nas taxas de crescimento. Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento populacional decresceu passando para 4,58%. Apesar desse decréscimo, o estado de Roraima ocupou nos anos 2000, o segundo lugar entre os estados da região norte que mais cresceu (Figura 2). O fato é que as áreas urbanas da região Amazônica constituem-se como pontos de congregação de uma força de trabalho altamente móvel e flexível, que é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico da região (BECKER, 1998).

No ano de 2000, a população de Roraima era de 324.397 habitantes, distribuídos entre os 15 municípios que compõem o estado. A maior

concentração populacional está nos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Rorainópolis, Caracarái e Mucajaí, respectivamente (Figura 3).

Figura 3 – População residente por município/ Roraima

Municípios	Censo 1991				Censo 2000			
	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb. %	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb. %
Boa Vista	122.600	120.157	2443	98,00	200.568	197.098	3470	98,27
Caracarái	8.773	5.139	3.634	58,57	14.286	8.236	6.050	57,65
Rorainópolis*	5.496	1.457	4.039	26,51	17.393	7.185	10.208	41,31
Mucajaí	11.278	5.222	5.050	46,30	11.247	7.029	4.218	62,50
Alto Alegre	11.211	3.356	7.855	29,93	17.907	5.195	12.712	29,01
São J. Baliza	6.328	2.309	4.019	36,48	5.091	3.882	1.209	76,25
São Luiz	3.778	2.268	1.510	60,03	5.311	3.447	1.864	64,90
Iracema*	2.163	1.356	807	62,69	4.781	3.228	1.553	67,52
Bonfim	5.436	1.221	4.215	22,46	9.326	3.000	6.326	32,17
Pacaraima*	4.099	1.269	2.830	30,95	6.990	2.760	4.230	39,48
Caroebe*	3.647	890	2.757	24,40	5.692	1.977	3.715	34,73
Normandia	5.223	1.146	4.077	21,94	6.138	1.500	4.638	24,44
Cantá*	4.042	428	3.614	10,58	8.571	1.155	7.416	13,48
Amajari*	10.903	299	10.604	2,74	5.294	799	4.495	15,09
Uiramutã*	12.612	252	12.360	1,99	5.802	525	5.277	9,05
Roraima	217.583	146.769	70.814	67,46	324.397	247.016	77.381	76,15

Fonte: IBGE; censos demográficos 1991 e 2000.

* De acordo com o IBGE, para 1991 foram utilizados dados do censo do mesmo ano, considerando os devidos fracionamentos populacionais dos futuros novos municípios criados nos anos de 1994 e 1995.

De acordo com o censo de 2000, os municípios com maiores taxas de urbanização são: Boa Vista com 98,27%; São João da Baliza com 76,25%; Iracema com 67,52%; São Luiz com 64,90% e Mucajaí com 62,50%. Os municípios que podem ser considerados rurais por terem as menores taxas de urbanização são: Uiramutã com 9,05%; Cantá com 13,48% e Amajari com 15,09%.

Em números absolutos, no ano de 2000, o município de Rorainópolis quase triplicou sua população, passando de 5.496 habitantes em 1991, para 17.393 habitantes em 2000. A população dos municípios de Caracarái, Bonfim e Cantá praticamente duplicaram, passando de 8.773, 5.436 e 4.042 habitantes em 1991 para 14.286, 9.326 e 8.571 habitantes em 2000, respectivamente. No entanto, os municípios de Amajari e Uiramutã reduziram

sua população pela metade. Isso se deve, em parte, pelo fechamento das áreas de garimpos e, conseqüentemente, da retirada dos garimpeiros nos anos de 1992, uma vez que os mesmos estavam nas áreas desses novos municípios.

No período de 1991 a 2000 os municípios de Mucajaí e Normandia permaneceram com o número da população relativamente estável, enquanto Uiramutã, Amajari e São João da Baliza tiveram uma perda populacional em torno de 20 a 50%. Em números absolutos a população desses municípios era de 12.612, 10.903 e 6.328 habitantes em 1991, decaindo para 5.802, 5.294 e 5.091 habitantes em 2000, respectivamente. Dos três municípios que tiveram uma redução populacional no período, apenas São João da Baliza modificou seu status de município rural para município predominantemente urbano. Se por um lado, São João da Baliza representa o segundo município em população urbana, abaixo apenas de Boa Vista, por outro lado, Uiramutã e Amajari, são municípios predominantemente de população rural. O município do Cantá, também se enquadra nessa condição, porém, diferentemente desses dois municípios sua população total dobrou em quantidade no período entre 1991 a 2000.

Esse intenso processo de crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas encontra-se intrinsecamente associado à formação da rede urbana no estado de Roraima, dando início às profundas reconfigurações sócio-espaciais.

A rede urbana em Roraima

Dois importantes desdobramentos das intensas correntes inter e intra migratórias vivenciados por Roraima ao longo das últimas décadas foram, indubitavelmente, as emancipações municipais e a formação de uma rede urbana desequilibrada. No contexto de Roraima, Boa Vista se sobressai como o principal e mais complexo núcleo urbano, constituindo-se como cidade primaz e ponto de referência para a população (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005).

Na cidade de Boa Vista, congregam-se 76,15% da população do Estado de Roraima, o que torna a cidade 23,93 vezes maior do que o segundo maior centro urbano (Caracarái) e 27,43 vezes maior do que o terceiro maior centro urbano (Rorainópolis). Um grupo intermediário de cidades exhibe populações oscilando entre 5.000 e 9.000 habitantes. Por fim, um numeroso grupo, composto por núcleos urbanos embrionários, com população abaixo de 5.000 habitantes, completa o conjunto de cidades da rede urbana de Roraima.

Em estudo recente, Amorim Filho e Diniz (2005), exploraram a organização dos centros urbanos de Roraima, revelando que suas cidades encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização, uma vez que,

excluindo-se Boa Vista, a rede urbana de Roraima conta, predominantemente, com aglomerações de caráter semi-urbano, com a maioria da população ativa ocupada em atividades do setor primário da economia. No mesmo estudo, os autores identificam três classes de cidades na rede urbana de Roraima.

No topo da hierarquia figura Boa Vista, importante centro regional que exhibe a maior renda per capita de Roraima e níveis superiores de desenvolvimento humano e de infra-estrutura. Apesar de seu porte de cidade média, Boa Vista desempenha muitas funções características de cidades maiores, a começar por aqueles próprios de uma capital de Estado.

Apesar de presente, o setor agrícola representa apenas uma pequena parcela da economia de Boa Vista, uma vez que a taxa de urbanização do município é de 98,27%, sendo dominada pelos serviços e pelo comércio, atividades que polarizam os demais núcleos urbanos de Roraima. Ressalte-se ainda que o desequilíbrio hierárquico, entre Boa Vista e as demais cidades, é tão significativo que se pode falar, pelo menos no momento atual, do fenômeno de macrocefalia urbana⁵ na capital do Estado.

Identificou-se também um grupo intermediário de cidades, com funções e características específicas, postadas às margens das rodovias federais (BR-174 e BR-210 - Perimetral Norte). Esses eixos viários foram instrumentais à ocupação demográfica e econômica de Roraima, constituindo-se em importantes vetores de desenvolvimento. Ao longo da BR-174 encontram-se os centros emergentes: Pacaraima (na fronteira com a Venezuela), Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Rorainópolis, e às margens da BR-210, a poucos quilômetros de seu entroncamento com a BR-174, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe.

Esses centros emergentes gozam de posição intermediária em relação à renda per capita e aos níveis de desenvolvimento humano e infra-estrutura. Sua estrutura ocupacional sugere que tais centros cumpram funções muito específicas e de influência local, sendo igualmente importantes os setores agropecuários e prestação de serviços.

Por fim, as demais cidades de Roraima compõem o grupo de pequenos núcleos urbanos. Suas posições geográficas, mais periféricas e as condições precárias de suas estradas, são fatores decisivos na explicação da fragilidade de seus intercâmbios e da precária condição sócio-econômica de seus habitantes. Esses pequenos núcleos urbanos estão muito ligados ao mundo rural, servindo, na maioria das vezes, como dormitório para trabalhadores do setor agrícola.

Diniz (2003) os define como herança dos embrionários núcleos urbanos, criados no coração de projetos de colonização, conforme prescreve o Estatuto da

⁵ Segundo Amorim Filho e Diniz (2005), macrocefalia urbana é um fenômeno urbano que ocorre principalmente em países subdesenvolvidos. É caracterizada pelo desequilíbrio populacional de uma determinada região que pode ser classificada como cidade, estado ou país onde se tornam dominantes e autoritárias em relação a outras cidades por ser favorecida pela quantidade de habitantes que contém e também pela grande quantidade de indústrias em seu território.

Terra. O seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas de assentamento circunvizinhas, tornando-se, portanto, entidades inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originaram. As transformações estruturais no seu entorno intensificam os movimentos rural-urbanos, aumentando o tamanho e a complexidade desses núcleos. Segundo Becker (1998), tais lugares constituem-se centros de concentração e redistribuição de mão-de-obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso a terra.

Esses ex-colonos são produtos daquilo que Castells (1983) denominou de “composição da estrutura rural”. A pressão demográfica pela terra cultivada deteriora o nível de vida rural, provocando a emigração. Para esse autor, uma vez que se rompe o circuito de produção agrícola tradicional não pode ser restabelecido (CASTELLS, 1983). No entanto, ocorre um processo de ruralização no urbano. Boa Vista também vivencia este processo.

Espaço urbano X espaço agrícola no Brasil

Apesar do intenso processo de urbanização, existe nas grandes cidades brasileiras e suas periferias, uma agricultura diversificada e significativa, que inclui desde cultivo e comercialização de hortifrutigranjeiros, produção e consumo de verduras orgânicas e não orgânicas, plantas aromáticas, ornamentais e medicinais, cosméticos naturais, insumos básicos, sementes, ferramentas, adubos, atividades produtivas praticadas em fundo de quintal, feiras livres, mercados de venda de produtos artesanais, arranjos produtivos locais de flores ornamentais, colônias de pesca, pólos de lazer e turismo verde. Nas periferias encontram-se manchas de terras agrícolas mercantis e assentamentos de reforma agrária tentando produzir e comercializar produtos, criar e comercializar pequenos animais. Inúmeros e diversificados são os grupos e pessoas envolvidas com essas atividades.

A agricultura urbana é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno, e destinada a produção de cultivos para a utilização e consumo próprio, ou para a venda em pequena escala em mercados locais (ROESE, 2007).

É um tipo de atividade que ocupa áreas que vão desde pequenos terrenos de 50 metros quadrados até fazendas de 200 hectares. Acontece tanto em cidades pequenas dos países em desenvolvimento, quanto nas grandes cidades do mundo industrializado, como: Amsterdã, Paris, Nova York, Los Angeles, Vancouver. Em Havana – Cuba a agricultura urbana é estratégica e cerca de 30 mil pessoas estão envolvidas nessa atividade.

No Brasil, destacam-se as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Governador Valadares, Teresina, Belo Horizonte e Fortaleza. A prefeitura municipal de Belo Horizonte, por exemplo, implantou o projeto Centros de

Vivência Agroecológica (CEVAE) em comunidades de baixa renda que tinham como principal diretriz a construção participativa de um desenvolvimento sustentável no meio urbano. Neles foram desenvolvidos programas de intervenção socioambiental, como ações de educação ambiental e sanitária, de segurança alimentar e saúde, agroecologia e geração de renda.

Variados estudos e experiências vêm demonstrando que o cultivo agrícola, na cidade pode causar impactos significativos na segurança alimentar e nutricional da população, na educação ambiental e na preservação dos mananciais, no tratamento dos resíduos sólidos e das águas servidas e, principalmente, na geração de emprego e renda para jovens e mulheres, homens adultos e idosos. Tal situação aponta para a importância da agricultura urbana e para os benefícios de sua integração ao planejamento físico e urbanístico.

Abramovay (1998) estima que o crescimento das grandes cidades no interior do país, longe de desestimular o meio rural, pode, ao contrário, vir a ser um fator de sua dinamização.

As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terá tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. A consolidação de um sistema brasileiro de cidades é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente para permitir esta integração: o fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das prerrogativas que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor (ABRAMOVAY, 1998, p. 2).

Entre as dimensões da agricultura urbana, a segurança alimentar é certamente a mais importante e conhecida. Este tipo de agricultura contribui para a segurança alimentar da população, a partir de seu impacto nas ações de combate à pobreza e a exclusão social, ou seja, à medida que ela complementa a renda das famílias que se dedicam aos cultivos urbanos e fornece alimentos básicos para as famílias que não têm recursos para comprar no mercado.

A agricultura urbana também contribui para a segurança alimentar ao permitir o acesso da população a alimentos mais frescos e saudáveis e ao possibilitar a diversificação da dieta alimentar. É também sobre essa dimensão que as políticas públicas voltadas à agricultura urbana incidem mais diretamente. A experiência internacional dá à segurança alimentar uma

importância estratégica. A ênfase no aspecto da oferta de alimentos da agricultura urbana foi sendo construída a partir da ocorrência, em diversos países de crises alimentares, processos de desorganização dos sistemas de produção alimentar, conflitos militares de longa duração e do papel crescente desempenhado pela produção e autoprodução urbana de alimentos no abastecimento metropolitano e na alimentação de importantes parcelas da população.

O caso brasileiro é diferente, o que talvez explique, em parte, o nosso retardamento relativo na implantação das atividades de agricultura urbana. Não temos, salvo em algumas regiões mais isoladas do país, problemas de oferta de alimentos. A questão alimentar, no Brasil, está mais diretamente relacionado à demanda e à possibilidade da população ter acesso aos alimentos oferecidos no mercado. Essa diferença não diminui a importância da contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar da população. Ela apenas altera seu eixo de intervenção.

Nesse sentido, é importante entendermos que as políticas de apoio à dimensão da segurança alimentar da agricultura urbana são partes de um conjunto mais amplo de políticas sociais, voltadas à complementação de renda tais como o bolsa família e a geração de empregos.

A autoprodução de alimentos já foi uma prática comum nas cidades e, passou a perder importância com a aceleração do processo de urbanização e a melhoria dos sistemas de abastecimento. O aumento da densidade urbana e a substituição de casas por apartamentos acarretaram uma drástica diminuição do acesso a solos urbanos cultiváveis. Paralelamente, o preço dos alimentos apresentou uma tendência à queda, e o próprio formato dos alimentos tem se alterado. Junte-se a isso, a compra, cada vez maior, de serviços através dos alimentos selecionados, preparados e prontos para serem consumidos.

Existem, entretanto, vários outros instrumentos de complementação de renda, disponibilidade de alimentos no comércio e restaurantes populares. Por que, então, as pessoas prefeririam a autoprodução, e por que as políticas públicas as incentivariam? Qual o interesse em desenvolver tais práticas? Não seria algo atrasado, ineficiente e pouco moderno?

O crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar nas últimas décadas, voltou a colocar, na ordem do dia, à questão da autoprodução de alimentos. Colocou, lado a lado, força de trabalho e conhecimentos disponíveis que podem ser utilizados para essa prática e para importantes necessidades alimentares não atendidas.

As práticas agrícolas urbanas e seus instrumentos de ação como as hortas individuais ou comunitárias, são permeadas por outras dimensões como a cultural - o respeito à cultura dos migrantes rurais - a educativa (nas escolas), a busca pela qualidade dos alimentos (através de práticas orgânicas), os

costumes relativos ao uso das plantas medicinais, entre outros. Nesse sentido, o trabalho com a agricultura urbana permite uma importante abordagem dos hábitos culturais e de alimentação, oferece novas alternativas alimentares, trabalha a questão de mudança de hábitos, de um maior consumo de verduras, hortaliças e legumes, bem como recupera hábitos alimentares saudáveis com o uso de plantas nativas, rústicas e resgata a sabedoria das avós.

ESPAÇOS AGRÍCOLAS NA CIDADE DE BOA VISTA

Em Boa Vista a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade, próximo a lagos e igarapés com produção principalmente de hortifrutigranjeiros, como é o caso do bairro Operário, onde o trabalho da família é predominante. Mesmo havendo alguns trabalhadores contratados, esses produtores não se enquadram na categoria de empresários rurais, onde o tamanho da área, a condição artesanal e a temporalidade do trabalho contratado para auxiliar a família é característica da produção familiar. Parte destes trabalhadores é descendente de indígenas, alguns guianenses e a minoria de trabalhadores remanescentes de áreas propriamente rurais.

Mesmo a maioria desses agricultores não sendo remanescentes de área rural, passaram a desenvolver a atividade agrícola familiar, especificamente a hortifruticultura (PORTELA; JÚNIOR, 2008).

Os principais produtores de hortifrutigranjeiros, em Boa Vista, ou seja, o cultivo de hortaliças, a produção de frutas e a criação de animais de pequeno porte, estão localizados nas regiões conhecida como Monte Cristo no Norte da cidade e bairro Operário na região Oeste. Entretanto, existem outras localidades dentro da cidade de Boa Vista produtora principalmente de hortaliças, como os bairros Campolândia e Jardim das Copaibas. Vale destacar que em praticamente todos os bairros que circundam a cidade de Boa Vista existe produção de hortaliças. Mais o foco principal nesse trabalho é o bairro Operário. O bairro Operário está localizado na zona Oeste de Boa Vista – RR, a 14 km do centro da cidade, entre os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Nova Cidade. Os terrenos medem em média 5000m². A agricultura é a atividade econômica predominante no mesmo. Grande parte da população do bairro trabalha com a plantação e o cultivo de hortaliças, tais como: alface, couve, cebolinha, coentro, entre outras, que são vendidos nos mercados e feiras de Boa Vista.

Diferentemente do bairro Operário, no Monte Cristo, uma área mais antiga, com lotes maiores e que foi totalmente absorvido por produtores mais capitalizados e que trabalham com pessoas contratadas assemelhando-se a uma empresa, o trabalho familiar tem pouca importância, uma vez que a produção é praticada de forma empresarial. A atividade agrícola é bem diversificada e plenamente praticada para comercialização. Vale ressaltar a predominância da criação de aves para postura, ou seja, para a produção de ovos (JÚNIOR; PORTELA, 2008).

A expansão do espaço urbano em direção ao bairro Operário proporcionou aos moradores acesso à infra-estrutura básica, como: a pavimentação de ruas, energia elétrica, telefones residenciais e públicos e a coleta de lixo e, conseqüentemente melhoria nas condições de vida. A implantação desses serviços e da infra-estrutura básica no bairro acarretou valorização dos imóveis e a especulação imobiliária. As melhorias ocasionadas pela expansão do perímetro urbano em direção as áreas rurais, implica em diversas contradições.

O processo de expansão urbana não está ausente de contradições. A valorização de terras é uma delas. Se de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização torna-se fator de expulsão dos proprietários dessas áreas. Num primeiro momento, as propriedades rurais situadas nessas áreas de expansão urbana recebem tratamento específico. Embora situadas dentro do perímetro urbano, pagam ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural). Entretanto, essa é uma realidade que não perdura por muito tempo. O processo especulativo, que se intensifica com a valorização, exerce pressão sobre tais áreas, juntamente com os interesses municipais em aumentar a arrecadação. A mudança na cobrança do imposto é uma dos fatores que promove a expulsão. O solo urbano é altamente valorizado em relação ao solo rural. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) cobrado sobre áreas rurais, em virtude das dimensões da propriedade, torna-se inviável para seus proprietários. Estes não tendo condições de arcar com a cobrança têm como única alternativa venderem suas propriedades (BAGLI, 2006, p. 100).

Esse aspecto da valorização das propriedades rurais em solo urbano leva os proprietários, mais cedo ou mais tarde, a se desfazerem de seus lotes devido a impossibilidade de arcarem com os custos dos impostos. Dessa forma, verifica-se que o processo de expulsão, das zonas rurais para as zonas urbanas, ocorre também nesses espaços do rural no urbano.

Pode-se afirmar que, o bairro Operário se constitui em um bairro cuja identificação é tanto com aspectos do espaço rural como urbano. Os moradores fazem uso dessa identidade mista, configurando assim, sua especificidade enquanto espaço rural-urbano e vice-versa.

PERFIL DO BAIRRO OPERÁRIO

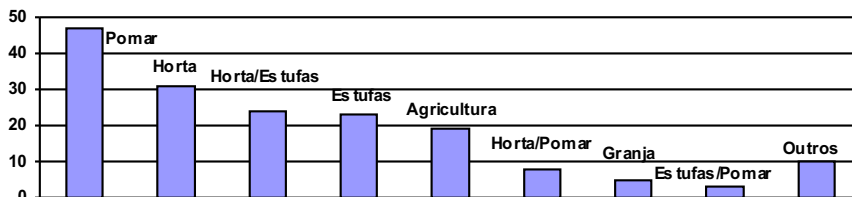
Para melhor compreensão da caracterização do bairro Operário necessário se faz traçar o perfil sócio-econômico do mesmo. Porém, antes de descrever esse perfil, creio ser indispensável esclarecer as tipologias utilizadas pela prefeitura de Boa Vista, das quais me apropriei.

A classificação das atividades rurais no bairro Operário pode ser desenvolvida em espaços abertos ou em estufas, ou seja, espaços cobertos e fechados. A prefeitura define horta como o espaço onde se planta hortaliça. Pomares são os espaços onde se plantam frutas. No entanto, somente as hortaliças são produzidas em estufas. A utilização das estufas para produzir hortaliças foi um projeto da prefeitura (Projeto Estufa) que tinha como um dos objetivos garantir a produção também no período de inverno.

Dessa forma, o bairro Operário se caracteriza por ser um bairro tipicamente produtor de hortaliças, tanto em estufas como em espaços abertos. A produção de hortaliças representa 52,35% do total dos cento e setenta (170) imóveis de uso rural, ou seja, oitenta e nove (89) dos imóveis do bairro produzem hortaliças.

Do total de imóveis do bairro Operário que tem uso rural, 20,6% desenvolve mais de uma atividade rural, bem como tipos associados de produção. Desse total, 14,1% imóveis cultivam hortaliças tanto em estufas como em espaços abertos (horta/estufa), 4,70% cultivam hortaliças e frutas (horta/pomar) e 1,8% cultivam frutas e hortaliças em estufas (estufas/pomar). Ainda do total dos imóveis com uso rural, 27,6% cultivam apenas frutas (pomar), 18,2% cultivam apenas hortaliças em espaços abertos (hortas), 13,5% dos imóveis cultivam hortaliças apenas em estufas, ou seja, vinte e três (23) imóveis produzem hortaliças em estufas (estufas), 11,2% dos imóveis produzem outros produtos agrícolas (agricultura) e, 2,9% desenvolvem atividade de criação de aves (granjas) (Figura 4).

Figura 4 - Imóveis segundo o tipo de uso - rural

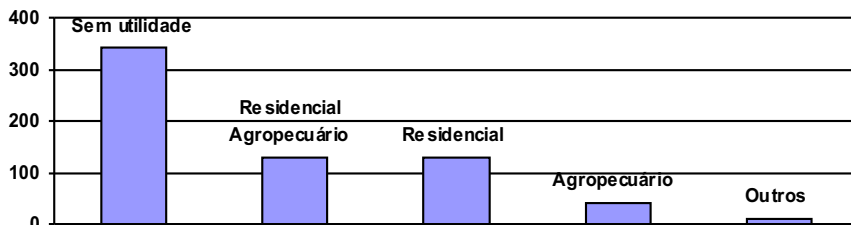


Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos 2004.

Outra característica do bairro é o alto número de imóveis sem qualquer tipo de utilização no momento da pesquisa, ou seja, trezentos e quarenta e quatro (344) imóveis ou 52,9% do total dos imóveis do bairro. São considerados imóveis sem utilidade, pela prefeitura, os terrenos vagos, em construção e as casas fechadas. Esse fenômeno da falta de utilização dos imóveis chama a atenção, uma vez que o índice de titulação chega a quase 100% dos terrenos do bairro. Uma explicação seria o fato de que pessoas, com maior poder aquisitivo, compram esses terrenos para especulação, aguardando um aumento do preço dos terrenos que posteriormente poderão ser transformados em área de lazer e refúgio nos finais de semana de famílias que vivem e trabalham na cidade de Boa Vista, enquanto que, outros, por falta de incentivos, financiamentos e assistência técnica utilizam o imóvel apenas como moradia enquanto trabalham na cidade (PORTELA; JÚNIOR, 2008).

Esses imóveis, de uso apenas residencial, correspondem a 19,7% do total, enquanto os de uso apenas agropecuário correspondem a 6,10%. Dos imóveis em uso diverso no bairro, 20% ou cento e trinta (130) imóveis são de uso residencial e agropecuário (Figura 5).

Figura 5 - Imóveis segundo o tipo de uso (outros)



Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos 2004.

Uma das dificuldades apontadas pelos moradores, que se consideram agricultores, para que o bairro se projete como um bairro de significativa produção rural é o fato de não haver uma estratégia coletiva de comercialização. A Cooperativa Hortifruti, do Projeto Estufa de Boa Vista – COOPHORTA, criada em 2003 pela prefeitura de Boa Vista não está mais comprando a produção e não há uma cooperativa dos produtores do bairro. Dessa forma, a comercialização dos produtos é feita de maneira individual, ou seja, cada produtor cultiva e vende sua própria produção e a única forma de organização dos produtores dá-se através da Associação dos Produtores de

Hortifrutigranjeiros do Bairro Operário, que funciona muito mais como associação de bairro, que reivindica melhoria de infra-estrutura, atendimento médico, entre outros, do que propriamente a organização da produção.

Quanto ao nível sócio-econômico, verifica-se que, das duzentos e sessenta e oito (268) famílias pesquisadas pela Prefeitura, vinte e oito (28) declararam não ter renda alguma. Isso corresponde a 8,6% do total. A maior parte das famílias tem renda familiar mensal de até um (01) salário mínimo, ou seja, 45,52%. As famílias que tem renda mensal de até dois (02) salários mínimos representam 29,47%, do total das famílias pesquisadas. O número de famílias que tem renda familiar mensal de até três (03) salários mínimos é de dezoito (18), o que corresponde a 6,71%. As que têm renda de até quatro (04) salários mínimos representam 3,73%. Até cinco (05) salários mínimos, 2,24% do total. Outras sete (07) famílias têm renda mensal de até sete (07) salários mínimo, representando apenas 2,61% do total e, acima de sete (07) salários apenas 1,12% do total (Figura 6).

Figura 6 - Famílias segundo renda familiar mensal

<i>Salário mínimo</i>	<i>Famílias</i>	<i>%</i>
Sem renda	23	8,60
Até 1 salário mínimo	122	45,52
Até 2 salários mínimo	79	29,47
Até 3 salários mínimo	18	6,71
Até 4 salários mínimo	10	3,73
Até 5 salários mínimo	6	2,24
Até 7 salários mínimo	7	2,61
Acima de 7 salários mínimo	3	1,12
Total	268	100,00

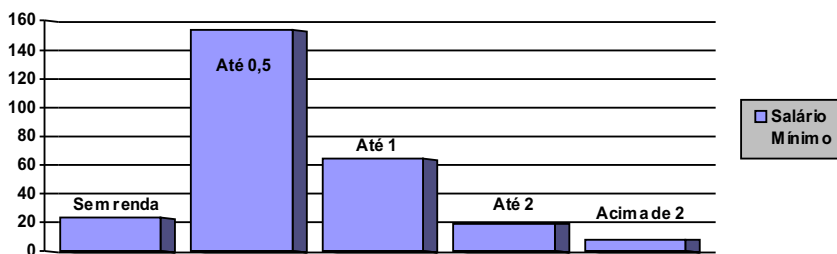
Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

Percebe-se que, 83,59% das famílias pesquisadas do bairro Operário têm renda familiar mensal entre zero (00) e dois (02) salários mínimos e que, a renda vai aumentando à medida que vai diminuindo o número de famílias.

No que diz respeito à renda mensal per capita no bairro Operário, verifica-se que 8,6% declararam não ter renda e mais da metade dos

moradores, ou seja, 57,45% do total sobrevivem com renda mensal de até meio ($\frac{1}{2}$) salário mínimo. Os moradores que possuem renda per capita de até um (01) salário corresponde à 23,9% do total de duzentos e sessenta e oito (268) famílias pesquisadas, dezenove (19) pessoas têm renda mensal per capita de até dois (02) salários mínimos, que representa 7,05% e, apenas 3% dos moradores tem renda mensal per capita acima de dois (02) salários mínimos (Figura 7).

Figura 7 - Renda mensal per capita



Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

A renda familiar mensal corrobora com os índices de renda per capita da população do bairro, ou seja, 66,05% da população sobrevivem com até meio ($\frac{1}{2}$) salário mínimo, 23,9% sobrevive com até um (01) salário mínimo e, apenas 10,05% tem renda de até dois (02) salários mínimos ou mais.

Dessa forma, percebe-se que a produção agrícola no bairro Operário funciona como uma alternativa de sobrevivência para algumas dessas famílias e o excedente dessa produção é comercializado na cidade de Boa Vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil. Apesar de avanços no aperfeiçoamento e ampliação do universo de cobertura, o programa permanece ancorado numa ambigüidade básica tanto em termos do público-alvo a ser beneficiado quanto aos objetivos essenciais que persegue, onde na retórica oficial, mesclam-se orientações tipicamente produtivistas com

compromissos mais amplos como a geração de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento territorial.

A revisão da literatura serve de suporte para balizar nosso entendimento sobre o conceito de agricultura familiar de forma menos rígida, passando a concebê-la como unidade de produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão intimamente ligados, mas onde a renda auferida não é obtida exclusivamente pela produção agrícola, uma vez que passam a se valer também de recursos não agrícolas, tais como aposentadorias ou trabalhos avulsos, serviço público, autônomos, entre outros.

Este trabalho procurou entender o processo de estruturação da agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista. Para tanto se fez necessário contextualizar parte da história de Roraima mostrando a transição urbana com os movimentos migratórios e a formação da rede urbana do estado. Procurou expor a dicotomia urbano X rural no Brasil, além de apontar os espaços na cidade de Boa Vista com prática de agricultura, juntamente com o perfil socioeconômico dos agricultores familiares do bairro Operário.

Verificou-se que a ausência de horizontes e alternativas cada vez mais escassas e pouco acessíveis aos agricultores e conseqüentemente as pessoas com pouco ou nenhum grau de escolaridade, a autoprodução de alimentos nos centros urbanos tornou-se uma alternativa econômica e de sobrevivência. Por isso, pensar políticas públicas que estimulem a agricultura familiar, inclusive em espaços urbanos é de suma importância, uma vez que esse tipo de atividade é responsável por gerar grande número de empregos e conseqüentemente de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1998. Mimeo.

_____; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: Texto para Discussão, nº 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre M. A. Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil In: Cidades: relações de poder e cultura urbana. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p. 13-34.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81 – 109.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi; Série Antropologia, v. 10, n.1, 1994, p.271-289.

BARROS, Nilson C. Crocia. Roraima: Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional: Estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária, 1995.

BECKER, K. Bertha. Amazônia. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm .> Acesso em: 07 de agosto de 2007.

BUAINAIN, Antônio Marcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias. Porto Alegre, ano 05, nº 10, 2003, p.312 – 347.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: Cam-panhola, C. e Graziano da Silva, J. (Eds) O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas, Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000, p. 117-149.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro, nº 11, Rio de Janeiro: UFRRJ/ICH/CPDA, 1998, p.26-52.

DINIZ, Alexandre M. A. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: v.13, n.21, 2003, p.44 – 59.

_____; SANTOS, Reinaldo O. dos. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambú: volume único, 2006, p. 1 - 25.

FREITAS, Aimberê . Geografia e História de Roraima. Manaus, GRAFIMA. 1997.

JÚNIOR, Waldemar M. Vilhena; PORTELA, Valdinei Fortunato. Boa Vista: um meio urbano cercado de áreas rurais. In: BORGES Heloisa da Silva (org.). Pensando e Preservando o Olhar Histórico, Socioeconômico e Político de Roraima. Manaus: Edições UEA/ Editora Valer, 2008, p. 187 – 215.

LAMARCHE, Hugues. (coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

PORTELA, Valdinei Fortunato; JÚNIOR, Waldemar M. Vilhena. Agricultura Familiar no Centro Urbano: A Experiência do Bairro Operário em Boa Vista-Roraima. Examãpaku: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, v. 01, n. 01 2008. Disponível em: <http://www.ufrr.br/revista/examapaku/>

PREFEITURA Municipal de Boa Vista. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. Relatório analítico: pesquisa censitária. Boa Vista, 2004.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. (coord). Relatório Estadual Pesquisa Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual realizada nos municípios de Boa Vista e Pacaraima-Roraima/Brasil e Santa Elena do Uarén – Venezuela, in: Instituto Internacional de Leis sobre Direitos

Humanos/ De Paul College; Instituto Interamericano del Niño/Oea; Cecria - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes; Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos, 2002.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. Dissertação.

ROESE, Alexandre Dinnys. Agricultura urbana. Disponível em: <www.cpad.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 12 de dezembro de 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. A Agricultura Familiar em transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

_____. A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina in: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Brasília: SOBER, 1994, p. 442-449.

_____. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária e geração de renda no meio rural. São Paulo: Associação brasileira de estudos do trabalho – ABET, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, n° 51, 2003, p. 99 – 121.

SILVA, Sylvio Banbeira de Mello; SILVA, Bárbara-Cristine Nentwig. A rede urbana de Roraima: primazia e integração. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, vol. 6, n.10, 2004, p. 38-46.

SILVEIRA, Isolda Maciel; GATTI, Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, Migração e Colonização. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Série Antropologia, Belém: 4(1), 1988, p. 43-64.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginadas: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2003.